

TERMO DE REFERÊNCIA

DATA	DEPARTAMENTO/ SEÇÃO SOLICITANTE
01/04/2026	Departamento de Engenharia

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO
Nome: Laiz Moscardini Cruz Nascimento E-mail: domex@saae.boaesperanca.mg.gov.br

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços parcelados de recomposição asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), abrangendo:

Fornecimento de materiais necessários à execução da recomposição asfáltica.

❖ Prestação de serviços de mão de obra especializada, necessária para a execução das atividades.

❖ Fornecimento de equipamentos adequados para a execução dos serviços.

O processo visa atender às demandas de recomposição asfáltica decorrentes da Ampliação do trecho do emissário de esgoto entre a Estação Elevatória de Esgoto Geni e a Caixa de Areia Dr. Paulo Rosa, garantindo a plena execução das obras de infraestrutura de esgotamento sanitário, conforme as especificações técnicas e normas aplicáveis.

1.1. O objeto desta contratação caracteriza-se como serviços comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XXI, da Lei Federal nº 14.133/2021. Tais serviços incluem a recomposição asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, cujas especificações são amplamente conhecidas no mercado e podem ser executadas por qualquer empresa qualificada.

1.2. Especificação do Objeto:

1.2.1. A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços de recomposição asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme as seguintes especificações:

Tipo de Pavimento: Recomposição asfáltica em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), com espessura e qualidade adequadas ao tipo de via e à necessidade do projeto.

Fornecimento de Materiais: A empresa contratada deverá fornecer todo o material necessário para a execução da recomposição asfáltica, incluindo:

- ❖ Massa asfáltica CBUQ;
- ❖ Ligantes asfálticos (CAP 50/70 ou conforme especificação técnica);
- ❖ Materiais agregados (brita, areia, etc.), devidamente dosados conforme as normas técnicas.

Mão de Obra Especializada: A execução dos serviços deverá ser realizada por profissionais capacitados, devidamente treinados para as atividades de pavimentação e recomposição asfáltica, assegurando a qualidade e durabilidade do serviço.

Equipamentos: A contratada deverá disponibilizar os equipamentos adequados e em boas condições operacionais para a execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a:

- ❖ Usina de asfalto;
- ❖ Rolo compactador;
- ❖ Caminhão para transporte de massa asfáltica;
- ❖ Equipamentos de corte e acabamento de pavimentos.

Execução dos Serviços: Os serviços serão realizados de forma parcelada, conforme demanda e cronograma estabelecidos pela Administração, devendo seguir todas as normas técnicas e regulamentos aplicáveis, tais como as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), visando garantir a durabilidade e a qualidade da recomposição asfáltica.

Local da Prestação dos Serviços: Os serviços serão executados no trecho do emissário de esgoto entre a Estação Elevatória de Esgoto Geni e a Caixa de Areia Dr. Paulo Rosa, conforme necessidade designados pela Administração.

Padrões de Qualidade e Segurança: A recomposição asfáltica deverá atender às normas de segurança e qualidade, garantindo a resistência, aderência e impermeabilidade do pavimento, além de promover a segurança no tráfego e a durabilidade das vias recuperadas.

Essas especificações têm como objetivo garantir que os serviços prestados sejam realizados com a eficiência e a qualidade necessárias para atender às demandas da obra de ampliação do emissário de esgoto, conforme previsto.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓD. SAAE	UN.	QUANT.
01	<p>Item 01 – Serviços de recomposição de pavimentação asfáltica</p> <p>Contratação de empresa especializada para execução de serviços de recomposição de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os insumos necessários à completa execução dos serviços.</p> <p>Os serviços deverão ser executados nas valas decorrentes da implantação de rede de esgotamento sanitário, compreendendo, de forma integrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ corte mecanizado do pavimento existente; ❖ demolição e remoção do material; ❖ transporte e destinação dos resíduos; ❖ regularização e compactação do subleito; ❖ execução de base com material granular; ❖ aplicação de pintura de ligação; 		Ton.	460,80

	<p>❖ fornecimento, aplicação e compactação de revestimento asfáltico em CBUQ, faixa C, conforme especificações do DER/MG;</p> <p>Os serviços deverão atender às normas técnicas vigentes, garantindo qualidade, durabilidade e adequado desempenho estrutural do pavimento recomposto.</p>			
--	--	--	--	--

1.2.2. A prestação do objeto desta licitação é composta por cinco fases. A primeira será realizada através do requadramento, limpeza do buraco. A segunda se dará através da pintura de ligação sobre o local a ser aplicado, seguida do enchimento do buraco com a massa asfáltica aquecida, a rolagem com rolo ou placa vibratória e, por fim, a limpeza com a remoção do material excedente.

I. Requadramento, Limpeza e Varrição: O requadramento, ou seja, o corte onde serão executados os serviços, é necessário para uma melhor aderência, bem como a distribuição da carga aplicada com reações verticais e horizontais. A limpeza consiste na remoção dos agregados soltos e outras substâncias que possam comprometer a aderência, com utilização de vassourão para uma perfeita limpeza na área de aplicação.

II. Pintura de Ligação: Consiste na aplicação de uma pintura de material betuminoso sobre a superfície do buraco, aplicado com trincha, antes da execução do revestimento betuminoso, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente. Esta pintura de ligação será de asfalto RR 2C = 12 litros/tonelada.

III. Aplicação de CBUQ: Após a pintura da área de aplicação, será aplicada manualmente a massa asfáltica aquecida, com auxílio de pás e enxadas com espessura necessária para nivelamento com o pavimento existente. A aplicação do CBUQ será autorizada somente após a conferência da temperatura da massa asfáltica por parte da fiscalização pela Contratante.

IV. Compactação: Após a aplicação da massa asfáltica será feita a compactação, com a utilização de placa vibratória ou rolo vibratório para um perfeito acabamento do pavimento recuperado com aquele existente, em tantas passadas quantas forem necessárias.

V. Limpeza final com remoção do material excedente e restos de entulhos: sendo de responsabilidade da contratada.

1.2.3. Sinalização de Obra:

A Contratada deverá observar as leis de segurança do trânsito, para a efetivação dos transportes, tais como coberturas das cargas, condições de segurança dos veículos, sinalizações adequadas. A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a sinalização de trânsito (cones, cavaletes, balizas e etc.) do local onde será executada a prestação dos serviços.

1.2.4. Veículos e Equipamentos:

É de responsabilidade da Contratada o fornecimento de ferramental (ferramentas manuais e mecânicas), dos veículos e dos equipamentos, além de outros que se façam necessários para a perfeita e plena execução dos serviços objeto deste Termo de referência.

Todo o ferramental, veículos e equipamentos fornecidos e empregados pela Contratada deverão se apresentar adequados ao uso e em bom estado de conservação, manutenção e segurança operacional. São previstos os seguintes equipamentos mínimos:

Caminhão basculante; compactador de solo tipo placa e/ ou rolo compressor;

Carrinho de mão; vassourão, ficando a critério da Contratada a utilização de equipamentos adicionais, visando a otimização dos serviços.

Transporte da Mistura: Os caminhões tipo basculante para o transporte do concreto asfáltico, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas.

1.2.5. Mão de Obra:

A mão de obra a se empregar para a execução do objeto contratual será sempre de inteira responsabilidade da Contratada, devendo ser composta por profissionais competentes, de acordo com a necessidade da etapa em que os serviços se encontrarem.

A Contratada deverá fornecer obrigatoriamente equipamentos de proteção e segurança individuais para cada um de seus funcionários, e coletivos, de acordo com as Normas Técnicas e Regulamentações vigentes.

A Contratada deverá manter 01 (um) Engenheiro responsável, que deverá fornecer assistência técnica necessária aos funcionários, tendo autoridade para atuar em nome da Contratada e deverá possuir experiência em recomposição de pavimentação asfáltica.

A composição mínima de cada equipe de recomposição de pavimento asfáltico (tapa buraco) da Contratada será composta de: 01 (um) Encarregado; 01 (um) Operador de máquina; 01 (um) Operador de compactador de Solo, Placa Vibratória e de Rolo Compactador Vibratório; 04 (quatro) Trabalhador Braçal (Ajudante).

1.3. Da Contratação:

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1.1. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA ou IGPM, o índice que for mais vantajoso para o SAAE, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da apresentação do orçamento estimado, quando houver, ou da proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.3.1.2. Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pelo Contratado.

1.3.2. Encerrado o procedimento de contratação, o licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 dias úteis, de acordo com o art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. DOS LOTES

2.1. Do agrupamento de itens em lotes:

2.1.1. Na presente contratação não haverá agrupamento de itens distintos em lotes.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A presente contratação se faz necessária para atender à demanda de recomposição asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), indispensável à execução da obra de Ampliação do trecho do emissário de esgoto localizado entre a Estação Elevatória de Esgoto Geni e a Caixa de Areia Dr. Paulo Rosa. Essa intervenção é parte essencial da infraestrutura de saneamento básico, visando à adequação e ampliação da capacidade do sistema de esgotamento sanitário da região.

A recomposição asfáltica é uma etapa fundamental para restaurar a pavimentação das vias após a realização das obras de escavação e instalação dos emissários de esgoto, garantindo a segurança e a trafegabilidade das vias públicas, além de atender às exigências ambientais e urbanísticas vigentes.

O uso de CBUQ é justificado por suas propriedades técnicas que proporcionam maior durabilidade, resistência e qualidade ao pavimento, além de ser o material recomendado pelas normas técnicas aplicáveis para esse tipo de recomposição.

A presente contratação permite maior flexibilidade e economicidade, possibilitando que os serviços sejam executados de forma parcelada conforme a necessidade e o avanço das obras, evitando o desperdício de recursos públicos e garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Ademais, a recomposição asfáltica garante que as condições de tráfego nas vias afetadas pelas obras sejam restabelecidas com qualidade, minimizando transtornos à população e assegurando que a infraestrutura urbana se mantenha em bom estado de conservação. A obra é de extrema importância para garantir o pleno funcionamento do sistema de esgotamento sanitário, o que impacta diretamente na saúde pública e na preservação ambiental, tornando a contratação dos serviços de pavimentação imprescindível para a conclusão do projeto.

Portanto, a contratação dos serviços de recomposição asfáltica, com o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, é indispensável e urgente para a continuidade das obras e para o atendimento das demandas de infraestrutura de saneamento e urbanismo do município.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da participação de consórcios:

4.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

4.2. Os requisitos técnicos e funcionais do objeto da contratação englobam as características e especificações necessárias para satisfazer adequadamente as necessidades da Autarquia. Assim, é indispensável que os serviços estejam em conformidade e atendam aos padrões de qualidade e desempenho.

4.3. Considerando os serviços executados com baixa qualidade encontrados no mercado, que muitas vezes resultam em frustração e prejuízo para a Administração Pública, o SAAE de Boa Esperança/MG solicita que a Prestação de Serviço de Recomposição de Pavimentação Asfáltica em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) a serem adquiridos atendam a critérios rigorosos de qualidade, utilizando padrões de primeira linha, que garantam a qualidade e certificação.

4.4. Prova de Registro ou Inscrição na entidade profissional competente, da empresa licitante.

4.5. Atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando capacidade técnico-operacional para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

4.6. Atestado devidamente acervado pelo CREA e/ou CAU, em nome do profissional pertencente ao quadro da empresa, para fins de comprovação de capacidade técnico profissional, que comprove o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação; considerando-se parcela de maior relevância técnica a execução de recomposição asfáltica de pavimento. A comprovação do vínculo do profissional com a empresa poderá ser comprovada mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível ainda a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

4.7. A licitante deverá apresentar preço fixo, em reais, equivalente ao de mercado.

4.8. Deverão estar inclusos todas as despesas sem quaisquer ônus para a administração pública, tais como, pesagem no Município de Boa Esperança/MG, frete, carga, descarga, tributos e quaisquer outros que incidam sobre os serviços.

4.9. Apresentar documentações pertinentes de acordo com a legislação vigente, as quais constarão no respectivo edital.

4.10. Da Subcontratação:

4.10.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

4.11. Da Sustentabilidade:

4.11.1. Não serão exigidos critérios de sustentabilidade na presente contratação.

4.12. Da indicação de marcas ou modelos:

4.12.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

4.13. Da vedação de utilização de marca ou modelo:

4.13.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

4.14. Da exigência de carta de solidariedade:

4.14.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

4.15. Garantia dos Serviços:

4.15.1. A contratada será responsável pela qualidade dos serviços executados, devendo garantir que a recomposição asfáltica atenda às especificações técnicas, normas aplicáveis e condições de desempenho esperadas.

4.15.2. Caso sejam identificados defeitos, falhas executivas ou inconformidades nos serviços realizados, a contratada deverá proceder às correções necessárias, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da notificação.

4.15.3. A contratada responderá pela solidez e durabilidade dos serviços executados, conforme previsto na legislação aplicável e nas normas técnicas pertinentes.

4.15.4. A não correção das falhas no prazo estabelecido poderá ensejar a execução dos serviços por terceiros, às expensas da contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

5.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento menor preço.

5.2. Dos critérios da aceitabilidade da proposta:

5.2.1. A proposta comercial deverá ser inserida no sistema eletrônico, em campo próprio e conter minimamente as seguintes informações:

5.2.1.1. Descrição completa e detalhada dos itens propostos, incluindo descrição detalhada dos serviços ofertados;

5.2.1.2. Valor unitário dos itens e valor total para todo o período, incluídos as despesas tais como: impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem sobre a execução dos serviços;

5.2.1.3. Validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do instrumento convocatório.

5.2.1.4. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais (ou mais casas decimais, mediante justificativa) após a vírgula.

5.2.2. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

5.2.2.1. O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

5.2.3. **Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas que:**

5.2.3.1. Contiverem vícios insanáveis;

5.2.3.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

5.2.3.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.2.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.2.3.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

5.2.4. **Da Amostra:**

5.2.4.1. Não será exigida a apresentação de amostras nessa contratação.

5.2.5. **Da Prova de Conceito (PoC):**

5.2.5.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

5.2.6. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação.

5.2.7. Certidão Simplificada atualizada emitida pelo Cartório de Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) em que conste a condição de ME, EPP e demais beneficiadas para fins de usufruir da preferência prevista na Lei Comp. 123/2006. Na impossibilidade legal da emissão desta certidão, deverá apresentar declaração do contador, sob as penas da lei, que se enquadra na situação de beneficiário da Lei Complementar 123/2006.

5.2.8. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações contidas no edital e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.2.9. Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). A comprovação de registro deverá ser feita através da certidão de pessoa jurídica emitida pelo CREA ou CAU.

5.2.10. Declaração de a empresa possuir, profissional (is) de nível superior, Engenheiro Civil ou Arquiteto, não restrito ao quadro funcional da empresa, podendo ser sócio, celetista, contratado ou terceirizado, desde que comprovado o seu vínculo profissional com a licitante, que será (ão) o (s) responsável (is) técnico (s) pela execução do objeto da presente licitação. Na declaração deverá constar o(s) nome (s) e registro (s) do (s) profissional (is) que será (ao) o (s) responsável (is) técnico (s) pela execução do serviço, bem como apresentação da Certidão de Pessoa Física do profissional; OBS: Os responsáveis técnicos indicados pela licitante poderão ser substituídos, desde que a substituição ocorra por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela fiscalização e ratificação pelo superior.

5.2.11. Atestado (s) de Capacidade Técnica – Profissional, em nome do (s) responsável (is) técnico (s) da empresa, registrado (s) no CREA ou CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou contrato com objeto compatível em características com o objeto ora licitado, acompanhado da CAT ou CAT-A do profissional responsável técnico. OBS: Se a empresa apresentar mais de um responsável técnico pela execução dos serviços, também deverá apresentar os atestados de capacidade técnica em nome de cada profissional indicado.

“EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO”

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega:

6.1.1. Os serviços objeto do presente Termo de Referência serão executados de forma parcelada, conforme demanda e cronograma definidos pelo SAAE.

6.1.2. A Contratada será previamente comunicada, com antecedência mínima de 6 (seis) horas, acerca das frentes de serviço e da quantidade estimada (em toneladas) de CBUQ a ser aplicada, devendo mobilizar equipe, materiais e equipamentos necessários para atendimento da demanda.

6.2. Do Local e Horário de Entrega:

6.2.1. Os serviços serão executados no trecho do emissário de esgoto compreendido entre a Estação Elevatória de Esgoto Geni e a Caixa de Areia Dr. Paulo Rosa, no município de Boa Esperança/MG, podendo, conforme necessidade da Administração, ser estendidos a outros trechos vinculados ao objeto da contratação.

6.2.2. Os serviços deverão ser realizados em dias e horários previamente definidos pela Administração, podendo ocorrer em período diurno ou noturno, conforme a necessidade operacional e visando minimizar impactos no tráfego local.

6.3. Das Condições de Recebimento:

6.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, no ato da execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta e na nota de empenho.

6.3.2. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade dos serviços executados, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, desde que constatada a conformidade com as condições contratuais.

6.3.3. Caso sejam identificadas falhas, defeitos ou execução em desacordo com as especificações técnicas, a Contratada será notificada para realizar as correções necessárias no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sem ônus para a Administração.

6.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade e durabilidade dos serviços executados, nem afasta sua responsabilidade civil e técnica, nos termos da legislação vigente.

6.3.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências técnicas para verificação do atendimento das exigências contratuais.

6.3.6. No caso de controvérsia quanto à execução dos serviços, especialmente em relação à qualidade, quantidade ou medições, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, podendo a Administração realizar o pagamento da parcela incontroversa.

6.3.7. O prazo para correção de inconsistências ou falhas identificadas não será computado para fins de recebimento definitivo.

6.3.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser refeitos pela Contratada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

GESTOR: Júlio César Lara de Almeida, Assessor Técnico.

FISCAL 01: Laiz Moscardini Cruz Nascimento. Engenheira Civil – CREA MG 283.596/D – Chefe do Departamento de Engenharia.

FISCAL 02: Antônio José da Silva. Chefe da Seção Redes e Ramais.

7.3. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, os fiscais do contrato darão ciência ao Contratado, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas, determinando prazo para a correção.

7.4. Os fiscais do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.1. Caberão ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

7.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.7. O Contratante reserva-se ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações deste termo de referência, do instrumento convocatório e de seus anexos, e da proposta comercial do Contratado.

7.8. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. Da Medição dos Serviços:

8.1.1. Os serviços executados serão medidos de acordo com a quantidade efetivamente aplicada de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), expressa em toneladas, conforme verificação em campo pela fiscalização.

8.1.2. As medições serão realizadas de forma periódica, conforme a execução dos serviços, com base em relatórios elaborados pela Contratada e validados pelo fiscal do contrato.

8.1.3. Somente serão considerados para fins de medição os serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. Da Liquidação:

8.2.1. A liquidação das despesas será efetuada em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal correspondente aos serviços efetivamente medidos e executados.

8.2.2. O pagamento estará condicionado à verificação da conformidade da execução dos serviços com as especificações contratuais e à aprovação formal da medição pela Administração.

8.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado contém os elementos necessários e essenciais, tais como:

- 8.3.1. Prazo de validade;
- 8.3.2. Data de emissão;
- 8.3.3. Dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.3.4. Período de execução dos serviços;
- 8.3.5. Valor a pagar;
- 8.3.6. Destaque das retenções tributárias cabíveis, quando aplicável.

8.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo ficará suspenso até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se após a regularização, sem ônus para a Administração.

8.5 A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6 O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no **prazo de até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

8.7 No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia –SELIC.

8.8 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.9 Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.10 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.5 Do Contratante:

- 9.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 9.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 9.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução dos serviços, para que sejam corrigidos às suas expensas.
- 9.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestando as medições dos serviços efetivamente executados.
- 9.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas.
- 9.1.6 Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.1.7 Solicitar o reparo, correção ou refazimento dos serviços que apresentarem falhas ou não conformidades.
- 9.1.8 Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas no contrato.
- 9.1.9 Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução dos serviços.
- 9.1.10 Aplicar as sanções administrativas cabíveis.
- 9.1.11 Exigir o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

9.6 Do Contratado:

- 9.2.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, normas técnicas aplicáveis (ABNT, DER/MG) e orientações da fiscalização.
- 9.2.2 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços executados e pelos materiais empregados.

- 9.2.3 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.
- 9.2.4 Atender às determinações da fiscalização e prestar todas as informações solicitadas.
- 9.2.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou refazer, às suas expensas, no prazo fixado, os serviços que apresentarem vícios, defeitos ou inconformidades.
- 9.2.6 Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços.
- 9.2.7 Apresentar as medições e notas fiscais correspondentes aos serviços executados.
- 9.2.8 Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 9.2.9 Cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais.
- 9.2.10 Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à execução dos serviços.
- 9.2.11 Garantir a segurança dos trabalhadores e do local de execução, com fornecimento de EPIs e sinalização adequada.
- 9.2.12 Comunicar imediatamente qualquer acidente ou situação de risco.
- 9.2.13 Paralisar atividades que estejam sendo executadas em desacordo com a boa técnica ou que representem risco.
- 9.2.14 Manter o local de execução limpo e organizado ao final de cada jornada.
- 9.2.15 Submeter previamente à aprovação da fiscalização qualquer alteração nos métodos executivos.
- 9.2.16 Cumprir as normas ambientais e de segurança vigentes.
- 9.2.17 Não permitir trabalho irregular de menores, conforme legislação vigente.

10 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.5 O Contratado que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 14.133, de 2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções dispostas no seu art. 156, sendo observados ainda, quando couber, o disposto nos arts. 157 a 163 da mesma Lei.
- 10.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental ao processo de contratação ou ao processo de execução contratual que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

10.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.8 Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

10.9 A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

10.10 Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade do Contratado deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, observadas ainda as disposições contidas no art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021.

11 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 498.039,50 (quatrocentos e noventa e oito mil, trinta e nove reais e cinquenta centavos), conforme levantamento de custos constante na planilha orçamentária elaborada pelo Departamento de Engenharia do SAAE.

11.2. A composição do valor estimado considerou:

Custos diretos dos serviços: R\$ 394.747,18;

Benefícios e Despesas Indiretas (BDI): 26,17%, correspondente a R\$ 103.292,32;

Total geral com BDI: R\$ 498.039,50.

11.3. Os preços unitários foram obtidos com base em referências oficiais, incluindo tabelas do SINAPI, SICRO3, SBC, SIURB, SUDECAP, AGETOP, CAEMA e EMBASA, garantindo a compatibilidade com os valores praticados no mercado e observância aos princípios da economicidade e vantajosidade da contratação pública.

12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.5.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento 2026 em vigor, aprovado em LEI Nº 6107 de 04/12/2025.

12.5.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

0054 - Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto Urbano

16.512.0101.5001.4.4.90.51.00 - Ampliação do Sistema de Esgoto

12.5.3 A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Boa Esperança - MG, 01 de abril de 2026.

Laiz Moscardini Cruz Nascimento
Chefe do Departamento de Engenharia